

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 249, de 2010.

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>27.610.093,30</b>	-
Pessoal Ativo	19.117.867,83	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	19.117.867,83	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.492.225,47	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	8.492.225,47	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>2.669.582,73</b>	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1)	2.666.182,56	-
Despesas de Caráter Indenizatório (2)	3.400,17	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>24.940.510,57</b>	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>24.940.510,57</b>	

  

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	37.284.183.547,59
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	<b>0,067%</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,09%	33.555.765,19
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,0855%	31.877.976,93

FONTE: Relatórios SIAFI/MG - RCL conforme informação da SCCG/SEF-MG.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - Contribuição para FUNFIP e FUNPEMG (segurado e patronal), consoante disposto art. 19, §1º, inciso VI da LRF;

(2) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-16-05 - Ativos Cíveis - Férias-Prêmio - R\$ 3.400,17

Juiz JADIR SILVA, Presidente; Maria Cristina de Barros Pires, Diretora-Geral; Hebe Maria de Oliveira Amaral, Diretora-Executiva de Finanças; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora; e Roberto Flávio Soares do Couto, Contador - CRC/MG 89.126.

**ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 249, de 2010.  
c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCE-MG

R\$ 1,00

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>DESPESAS EXECUTADAS</b> <b>JANEIRO/2011 A DEZEMBRO/2011</b>	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>27.610.093,30</b>	-
Pessoal Ativo	19.117.867,83	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	19.117.867,83	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.492.225,47	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	8.492.225,47	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>8.495.625,64</b>	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1)	8.492.225,47	-
Despesas de Caráter Indenizatório (2)	3.400,17	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>19.114.467,66</b>	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>19.114.467,66</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>37.284.183.547,59</b>	
<b>% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100</b>	<b>0,051%</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,09%</b>	<b>33.555.765,19</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,0855%</b>	<b>31.877.976,93</b>	

FONTE: Relatórios SIAFI/MG - RCL conforme informação da SCCG/SEF-MG.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - Consoante disposto nas Instruções TCE-MG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38, § 1º);

(2) - Despesas não computadas no art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-16-05 - Ativos Cívicos - Férias-Prêmio - R\$ 3.400,17

Juiz JADIR SILVA, Presidente; Maria Cristina de Barros Pires, Diretora-Geral; Hebe Maria de Oliveira Amaral, Diretora-Executiva de Finanças; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora; e Roberto Flávio Soares do Couto, Contador - CRC/MG 89.126.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO a DEZEMBRO / 2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") Portaria STN nº 249, de 2010. R\$1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Pensões Alimentícias - FOPAG DEZ/2011	R\$ 28.640,96	R\$ 28.640,96	R\$ 0,00
Contribuições/Retenções/Descontos p/ Institutos de Previdência	R\$ 40.198,06	R\$ 40.198,06	R\$ 0,00
Depósitos/Retenções Judiciais	R\$ 778,08	R\$ 778,08	R\$ 0,00
Contribuições ao Funfip - fonte 58	R\$ 105.632,01	R\$ 105.632,01	R\$ 0,00
Outros Consignatários/ Retenções	R\$ 135.468,48	R\$ 135.468,48	R\$ 0,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 4.302.269,87	R\$ 4.302.269,87	R\$ 0,00
Outras Despesas Correntes/ Credores Diversos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Investimentos/ Credores Diversos	R\$ 1.050,00	R\$ 1.050,00	R\$ 0,00
RP Empenhados e não Liquidados - Exerc. Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>R\$ 4.614.037,46</b>	<b>R\$ 4.614.037,46</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Recursos Diretamente Arrecadados para livre utilização <sup>(2)</sup>	R\$ 1.457.802,19	R\$ 0,00	R\$ 1.457.802,19
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>R\$ 1.457.802,19</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.457.802,19</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>R\$ 6.071.839,65</b>	<b>R\$ 4.614.037,46</b>	<b>R\$ 1.457.802,19</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>(1)</sup></b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

FONTE: SIAFI/MG.

Nota: <sup>(1)</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

<sup>(2)</sup> Foram considerados os valores de Outras Disponibilidades Financeiras - Crédito Financeiro a Receber da Unidade Central - GMFP - sujeitos a alterações por parte da Superintendência Central de Administração Financeira - SCAF/SEF/MG.

Juiz JADIR SILVA, Presidente; Maria Cristina de Barros Pires, Diretora-Geral; Hebe Maria de Oliveira Amaral, Diretora-Executiva de Finanças; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora; e Roberto Flávio Soares do Couto, Contador - CRC/MG 89.126.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO a DEZEMBRO / 2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") Portaria STN nº 249, de 2010.

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) <sup>(2)</sup>	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 985.593,80	R\$ 3.316.676,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Despesas Correntes/ Credores Diversos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 243.311,99	R\$ 243.311,99	R\$ 0,00
Investimentos/ Credores Diversos	R\$ 0,00	R\$ 1.050,00	R\$ 0,00	R\$ 195.290,13	R\$ 195.290,13	R\$ 0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>R\$ 985.593,80</b>	<b>R\$ 3.317.726,07</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 438.602,12</b>	<b>R\$ 438.602,12</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Recursos Diretamente Arrec. p/ livre utilização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 98.279,40	R\$ 1.019.200,07	R\$ 0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 98.279,40</b>	<b>R\$ 1.019.200,07</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>R\$ 985.593,80</b>	<b>R\$ 3.317.726,07</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 536.881,52</b>	<b>R\$ 1.457.802,19</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>(1)</sup></b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: SIAFI/MG

Nota: <sup>(1)</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

<sup>(2)</sup> Disponibilidade de Caixa Líquida, antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício, sujeita a alteração em virtude dos reflexos da nota constante do Anexo V.

Juiz JADIR SILVA, Presidente; Maria Cristina de Barros Pires, Diretora-Geral; Hebe Maria de Oliveira Amaral, Diretora-Executiva de Finanças; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora; e Roberto Flávio Soares do Couto, Contador - CRC/MG 89.126.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO a DEZEMBRO DE 2011

Anexo VII (LRF, art. 55) Portaria STN nº 249, de 2010.		RS 1,00
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>		
	VALOR (R\$)	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP (Portaria STN nº 249 de 2010).	24.940.510,57	0,0669%
Despesa Total com Pessoal - DTP (Portaria STN nº 249 de 2010 c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG))	19.114.467,66	0,0513%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,09%	33.555.765,19	0,0900%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,0855%	31.877.976,93	0,0855%
<b>DÍVIDA</b>		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	536.881,52	1.457.802,19

FONTE: Anexos I, V e VI do RGF.

Juiz JADIR SILVA, Presidente; Maria Cristina de Barros Pires, Diretora-Geral; Hebe Maria de Oliveira Amaral, Diretora-Executiva de Finanças; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora; e Roberto Flávio Soares do Couto, Contador - CRC/MG 89.126.